



**“Jornalismo amazônida”: reflexões sobre possibilidades
de fortalecimento do jornalismo local/regional no contexto globalizado¹**

Rafael de Figueiredo LOPES²
Gleilson Medins de MENEZES³
Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM

Resumo:

Propomos uma reflexão sobre possibilidades de fortalecer a ideia de um “jornalismo amazônida”, no contexto da globalização da sociedade contemporânea, por meio da compreensão descolonizada acerca da complexidade e diversidade do ambiente bio-sociocultural amazônico. Para isso, sugerimos a urgência de fomentar o pensar e a prática da atividade jornalística na região, a partir da valorização dos processos de formação para o exercício da profissão e sua inter-relação com percepções, opiniões e representações socioculturais que emanam na/sobre/para a Amazônia e dela para o mundo.

Palavras-chave: jornalismo na Amazônia; ensino universitário; globalização; pensamento pós-colonial.

Introdução

Neste artigo refletimos sobre possibilidades de fortalecer o pensamento e a prática de um “jornalismo amazônida”, no contexto contemporâneo da globalização, por meio da compreensão descolonizada acerca da Amazônia e da valorização dos processos de formação universitária para o exercício da profissão. O sentido que propomos para a expressão em destaque reforça a ideia de uma produção jornalística na/sobre/para a Amazônia (e dela para o mundo), potencializando as perspectivas endógenas, de quem vive na região, e transcendendo assimetrias construídas no processo histórico e refletidas em muitas abordagens jornalísticas - especialmente na grande mídia.

Cabe salientar que não estamos anulando ou desprezando o jornalismo produzido pelos veículos tradicionais de comunicação na região. Entretanto, muitas vezes, até

¹ Trabalho apresentado no GP 01 História, Teoria e Epistemologia do Jornalismo do II Congresso de Jornalismo da Amazônia.

² Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), mestre em Ciências da Comunicação (UFAM), especialista em Jornalismo Digital e bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (UFRR). E-mail: rafaflopes@bol.com.br.

³ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM); bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (ICSEZ/UFAM); Coordenador Administrativo e Técnico Audiovisual da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC/UFAM). E-mail: audiovisualufam2@gmail.com.



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



mesmo abordagens locais/regionais reproduzem “vícios” das perspectivas exógenas - olhares de fora e preconceituosos. Normalmente, as ideias que se propagam, pelos mais variados dispositivos e agentes sociais ao longo do processo histórico (colonizadores, viajantes, ciência, instituições públicas, senso comum, artes e meios de comunicação), subjagam a complexidade e diversidade deste ambiente biosociocultural (MORAN, 1990; WITKOSKY, 2007) e subalternizam populações, por meio de narrativas limitadas e focadas no exotismo, estereótipos e clichês culturais (PINTO, 2006).

Atualmente, a Amazônia costuma ser percebida e representada por imagens e discursos ancorados na sua diversidade natural e importância ecológica para o mundo, visto que, nas últimas décadas, a região emergiu como um dos símbolos da sustentabilidade global (BECKER, 2004; FEARNSIDE, 2009; PEREIRA, 2017). Mas, como sinaliza Gomes Júnior (2017), há interesses ideológicos e organizacionais (quase sempre conflitantes) na cristalização dessa imagem. Conforme o autor, instituições públicas, ONGs transnacionais e entidades científicas constroem sentidos para a Amazônia. Desse modo, geralmente, com a mediação de dispositivos comunicacionais, dentre eles o jornalismo, (re)produzem a Amazônia em função de seus próprios interesses.

Partindo destas premissas, pressupomos que as abordagens jornalísticas sobre a Amazônia estejam condicionadas ou inter-relacionadas à representações do pensamento social hegemônico, que impõe verdades ao mundo. Por isso, possivelmente, nota-se representações mais refreadas às forças de poder que são exercidas sobre a região do que nas relações entre os sujeitos e o ambiente amazônico. Ou seja, as percepções, opiniões e representações dos próprios amazônidas, sobre questões que envolvem os ambientes e as sociedades onde estão inseridos, nem sempre vêm à tona na mídia.

Segundo Witkoski (2007), o que se reverbera na sociedade contemporânea é reflexo do processo que marca a história das sociabilidades amazônicas. O autor reforça que os silêncios e ausências do processo histórico ainda acentuam a relativa invisibilidade da região e encobrem identidades socioculturais. Assim, nota-se o lado perverso da globalização da sociedade que, conforme Santos (2006), impõe sistemas de dominação econômicos e informacionais que homogeneízam a cultura e as relações sociais.



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



Diante disso, ao refletirmos sobre jornalismo na Amazônia, é impossível não considerar as inter-relações e interdependências entre aspectos socioculturais, ambientais, tecnológicos e comunicacionais, pois as elaborações midiáticas se manifestam na articulação de múltiplos conjuntos sistêmicos. Os processos que envolvem o pensamento e a produção jornalística, ao mesmo tempo em que são tecidos, tecem redes de produção de sentidos. Desse modo, acordo com Colferai (2014), configura-se um ecossistema comunicacional. Suas inter-relações, contudo, são mutáveis e se ressignificam no decorrer das transformações socioculturais.

Assim, emerge a necessidade de outros olhares sobre a Amazônia - de dentro e para dentro; e de dentro para fora - considerando as intersubjetividades inerentes às relações entre o espaço e suas sociabilidades. Possibilitando, assim, externar para a própria região e para o mundo globalizado, outras narrativas acerca deste complexo ambiente biosociocultural. Narrativas descolonizadas, polifônicas e polissêmicas. Esta perspectiva nos aproxima de Santos (2007), com a ideia da sociologia das ausências e emergências. O autor propõe que a emancipação social, frente aos modelos hegemônicos, não deve ser apenas uma possibilidade teórica, mas uma prática viável na aspiração de liberdade, igualdade, solidariedade e ecologia de saberes.

Santos (2007) explica que a sociologia das ausências é um pensamento transgressivo e insurgente para trazer à tona conhecimentos, modos de ser e estar na sociedade que são invisibilizados pelos sistemas dominantes (que concebem e legitimam o mundo a partir de seus interesses). Já a sociologia das emergências é uma maneira de identificar e potencializar ações alternativas e movimentos emancipatórios que surgem enquanto propostas políticas, econômicas e culturais. Chomsky (2013) e Hall (2002) também sinalizam a importância de romper com as instituições que detêm a hegemonia das comunicações e da informação, para repensarmos o *logos* e o lugar do *pathos* de forma descolonizada, mesmo dentro do sistema globalizado e globalizante.

Dadas as trilhas teóricas que nos embasam nesta reflexão, apontamos dois aspectos que consideramos importantes para o fortalecimento do pensamento e da prática de um jornalismo amazônida. São questões fundamentais para fomentar um jornalismo crítico e cidadão, comprometido com o local/regional sem estar apartado do global. Embora estejam inter-relacionados e sejam interdependentes, o primeiro se refere à



necessidade de compreensão da Amazônia em sua complexa dimensão biosociocultural. Já o segundo se refere à relação entre campo jornalístico e formação acadêmica para o exercício da atividade. É sobre este aspecto que iremos nos deter na discussão que se segue.

Reconfigurando o *ethos* e o *habitus* jornalístico

Segundo Lopes (2000), o jornalismo é um campo⁴ que apresenta múltiplas dimensionalidades, relações, agentes e instituições. Dentre eles, a autora destaca: 1.) a academia/ciências da comunicação (com a produção de conhecimento teórico e aplicado); 2.) a educação (com as práticas de reprodução do conhecimento, especialmente no ensino universitário); 3.) o profissional (com a aplicação dos conhecimentos e os vínculos com o mercado de trabalho e as organizações midiáticas). A existência desse campo (e seus limites ou delineamentos incertos), resulta da adoção de padrões e práticas (*habitus*) que se transformam no fluxo dos processos socioculturais e na adoção de critérios e princípios éticos sobre as notícias, bem como os discursos que se constroem a partir daí (*ethos*)⁵.

As instabilidades epistemológicas acerca de um conhecimento científico sobre o jornalismo e suas práticas, conforme Neveu (2006), decorrem da escassez de teorias que considerem as redes de inter-relações e interdependências do jornalismo com os contextos socioculturais e tecnológicos de sua produção. Por estar imbricado nestes sistemas é um campo interdisciplinar e, por isso, precisa romper com o paradigma positivista-funcionalista, pois resulta de inconstantes “sistemas de interdependências”⁶. Além de aspectos socioculturais amplos, articula-se por valores profissionais-éticos, hierarquias

⁴ Ao tratarmos de “campo jornalístico” nos aproximamos da noção de “campo”, à luz de Bourdieu (2012), que o compreende como um espaço social estruturado, com relativa autonomia e leis próprias, em constante tensionamento - como um campo de forças entre dominantes e dominados.

⁵ Salientamos que não estamos propondo um estudo aprofundado sobre uma “filosofia do jornalismo” (em sua dimensão moral, ética, estética e deontológica) e, nesse sentido, o que ora apresentamos são apenas algumas noções que nos ajudam a contextualizar alguns aspectos dos princípios jornalísticos e aproximações conceituais.

⁶ Conforme Neveu (2006), isto envolve elementos objetivos e intersubjetivos, desde valores pessoais do profissional e sua formação intelectual e postura ética; técnicas de apuração e redação; dinâmicas das organizações empresariais e suas linhas editoriais e lógicas comerciais; relações com as fontes (entre as autoridades e as alteridades); cenários socioculturais, políticos, econômicos e tecnológicos. É uma atividade que se desenvolve no fluxo de fatos, que serão transformados em acontecimentos, através de uma rede de pressões práticas e códigos narrativos.



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



organizacionais-editoriais, relações entre fontes, influências político-econômicas e a opinião pública.

Se por um lado o jornalismo pode ser considerado como um instrumento de serviço público e compromisso com a democracia, por outro lado deve ser compreendido como produto histórico da sociedade burguesa que se consolidou como uma forma particular de conhecimento social, especialmente em decorrência da institucionalização do ensino da prática profissional para atender as necessidades de um mercado de consumo de notícias e garantir o lucro de empresas e veículos de comunicação social (TRAQUINA, 2005).

Para compreender criticamente o processo de transformação do jornalismo na sociedade contemporânea, Traquina (2005) aponta três vertentes fundamentais: a primeira está relacionada ao processo histórico, com a expansão da imprensa escrita no século XIX e, posteriormente, dos meios de comunicação social eletrônicos (rádio e TV) no século XX e o jornalismo online no século XXI; a segunda refere-se a percepção da notícia como uma mercadoria, cuja comercialização acentuou-se a partir do fim do século XIX; e a terceira, demonstra uma concomitância entre o polo econômico do campo jornalístico e a emergência do polo intelectual, com a profissionalização dos jornalistas e a consolidação das escolas de formação. Para o autor, a inter-relação entre estas vertentes definem o processo de formação e práticas de produção noticiosas em função de valores e normas que delimitam o papel social da informação na sociedade democrática⁷.

A transformação observada nas organizações empresariais e nas práticas profissionais jornalísticas, especialmente, nas últimas duas décadas, impactaram no ensino do jornalismo no Brasil, que precisou se readaptar às demandas do mercado. O jornalismo contemporâneo apresenta outros modos de produção, veiculação e consumo de notícias. Conforme Traquina (2008), é um momento de discutir profundamente o *ethos* e o *habitus* jornalístico, em função da pluralidade de atividades e competências profissionais condicionadas às práticas jornalísticas. Nesse sentido, o autor reforça a

⁷ Detalhes sobre a trajetória histórica do jornalismo na democracia, a expansão da imprensa (na Europa, Estados Unidos e Brasil), o chamado “quarto poder” e discussões sobre a reprodução ideológica do sistema dominante ou um espaço de luta e oportunidade de expressão a todos os agentes sociais, podem ser melhor compreendidos em Traquina (2005).



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



necessidade de se pensar, ensinar e praticar o jornalismo de forma ética, evitando rupturas entre a academia e as empresas, e estimulando a percepção de novas possibilidades, a partir da interação tecnológica e da convergência midiática.

O futuro do jornalismo precisa ser discutido na academia, sobretudo num momento sociocultural em que o campo jornalístico passa por profundas transformações, tanto na sua abordagem conceitual quanto em suas práticas profissionais. Convivemos com a pulverização de turbilhões de informações ao invés de notícias qualificadas, com redações reduzidas e a precarização do mercado de trabalho, pressões editoriais e mercadológicas, sensacionalismo e o avanço da mídia das fontes e das redes sociais da internet, numa era em que a proliferação de notícias falsas vem trazendo consequências nefastas e perigosas para a democracia.

Assim, percebemos que a “crise” do jornalismo está inter-relacionada com uma espécie de mudança paradigmática nas formas de mediação social da informação e nos modelos de negócios do jornalismo. Algumas tendências indicam alternativas possíveis no presente/futuro, tais como a valorização de conteúdos mais críticos e aprofundados, a polissemia e polifonia de formatos, a multimídia, a autonomia produtiva e de difusão, os empreendimentos colaborativos com foco comunitário e a internet como uma ferramenta ambígua e paradoxal no contexto da produção, divulgação e consumo de informações.

No âmbito da formação universitária na Amazônia esta discussão é cada vez mais necessária, diante da escassez de estudos relativos à temática. Daniel Junior (2018), contudo, indica que a expansão das universidades na região está relacionada com a consolidação de relações de produção capitalista e da urbanização das cidades. Segundo o autor, os interesses político-econômicos podem estar dissimulados nos discursos de compromisso social e desenvolvimento, já que o exercício de produção do conhecimento tendem a corroborar para a difusão de formas ideológicas voltadas à afirmação do atual modelo de sociabilidade globalizado.

Sendo assim, entendemos que o ensino universitário, especialmente o público, quando alicerça seu modelo educacional em um modelo de gestão de negócios, voltado



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



para atender às exigências do mercado, pode desviar-se de seu compromisso ético, de reflexão crítica e de valorização sociocultural das particularidades locais/regionais. Desse modo, produzindo e disseminando valores e visões de mundo homogeneizantes e globalizadas – apagando traços peculiares da cultura local/regional.

Contudo, também acreditamos que as discussões não devam limitar-se à contraposições simplistas, pois há inter-relações complexas neste processo. Assim, ao invés de buscar comprovações e sínteses objetivas, talvez seja mais auspicioso provocar contestações intersubjetivas. A reflexão sobre as interdependências do funcionamento desse sistema (de sistemas) pode nos ajudar a superar a ingenuidade de acreditar em apenas uma possibilidade de verdade para o futuro do jornalismo na Amazônia.

Para Neveu (2006), a formação jornalística ainda é focada na produção de profissionais voltados aos veículos tradicionais, valorizando o domínio de instrumentos e técnicas de redação, e com uma orientação à cobertura de assuntos relacionados aos interesses das elites políticas e econômicas. Nesse sentido, ainda é limitada por construir um modelo único de atuação jornalística e esgotando possibilidades criativas e a ampliação do repertório cultural e, assim, “as escolas nem sempre dão a seus diplomados a formação intelectual geral que os ajudaria a escapar dos clichês” (NEVEU, 2006, p. 46).

Desse modo, além de desafios pedagógicos e contra hegemônicos, a universidade (principalmente a pública) precisa olhar para os rumos do mercado profissional, sem contudo subverter os princípios éticos do jornalismo em função de oportunidades financeiras ou ter a ingenuidade de que é possível implodir totalmente as estruturas dominantes estabelecidas verticalmente por estruturas mais horizontalizadas. Mas, cabe promover um debate crítico acerca de outras possibilidades do pensar e do fazer jornalístico, em busca de alternativas práticas e para evitar a precarização da atividade observada nas últimas décadas.

Logo, a emergência de uma reinvenção desta profissão passa, possivelmente, pela sistemática do processo de formação que, necessariamente, precisa encontrar um caminho, ou diferentes caminhos dependendo do contexto sociocultural e ambiental no qual se insere. Diante desta perspectiva, a discussão das relações sistêmicas, suas funções



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



e elementos, no processo de formação universitária em jornalismo na Amazônia, nos permite apontar desafios a serem enfrentados e propor possibilidades para o equilíbrio do sistema como um todo.

Há que se questionar como utilizamos os enlatados de teorias, metodologias e jornalismo em um universo tão singular como a Amazônia. Desnudar as epistemes do campo dos estudos do jornalismo é romper com uma estrutura da pesquisa administrativa que sempre esteve voltada à otimizar determinados formatos jornalísticos e compreender o estudo e o ensino do jornalismo enquanto técnica. Logo, o que se pretende é justamente uma leitura crítica do jornalismo enquanto dispositivo da modernidade, enquanto instrumento dos poderes instituídos. Discutir a Amazônia e o jornalismo envolve uma série de questões problemáticas quanto à construção do saber: os dois objetos foram historicamente excluídos porque “embarçam” os interesses políticos do capitalismo (SANTOS; ZUCOLOTO, 2016).

O acionamento desta reflexão pode indicar pistas em relação aos riscos e também alternativas sustentáveis à profissão, especialmente considerando a realidade local/regional. Pois, como vemos em Neveu (2006), o processo de ensino aprendizagem na formação universitária em jornalismo, geralmente, é amalgamado por valores sociais hegemônicos e sistemas educacionais classificatórios que podem restringir a compreensão das relações entre questões localizadas e fenômenos sociais contemporâneos globais e, assim, impedir o acionamento de saberes pluralizados para o pensamento crítico e o exercício da profissão.

Informar o cidadão ≠ massificar a opinião

É impossível dissociar os princípios do jornalismo e a formação para o exercício da atividade com a questão da ética. Segundo Bucci (2000), quando os padrões éticos são desvirtuados, há comprometimento na qualidade jornalística. Isto afeta a credibilidade da informação e pode interferir de maneira negativa na opinião pública, com a distorção de fatos em função de interesses escusos. Afinal, o jornalismo é um dispositivo que permite aos cidadão tomarem conhecimento de fatos e formar juízos sobre os acontecimentos. Obviamente, em toda a elaboração noticiosa há condicionantes históricos, sociais,



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



culturais e ideológicos que determinam a produção das mensagens. Assim, constroem-se lugares, personagens e papéis sociais, consolidam-se poderes, dissimulam-se interesses, acentuam-se ou pormenorizam-se determinadas situações.

A liberdade de imprensa, contudo, existe para beneficiar a sociedade de forma democrática, em sua dimensão civil e pública, jamais para beneficiar os negócios empresariais e a competição econômica e política dos grupos de mídia, de acordo com Bucci (2000). Conforme o autor, a ética deve estar além do mercado, pois os valores democráticos são públicos e não privados. Por isso, o jornalismo contemporâneo (e seu projeto de futuro) não pode ser visto e exercido apenas como uma técnica, mas como uma práxis ética que contribua para o aperfeiçoamento dos direitos humanos.

Tanto as faculdades como as redações, tanto as empresas como os sindicatos e associações profissionais ou empresariais, têm o dever de cultivar a noção de que o jornalismo, acima de tudo é uma ética [...]. Nas escolas, isso se traduz por currículos que contemplem não apenas a existência de uma disciplina sobre ética, mas o compromisso ético como fundamento de cada uma das disciplinas. [...] A universidade, por mais que tenha em vista o mercado de trabalho, tem sua vocação mais voltada no cultivo da reflexão – e da reflexão independente do mercado. Ela *pensa* a sociedade [...]. A universidade é o celeiro da pesquisa e do questionamento intelectual, ela opera num tempo distinto do tempo do mercado, mais lento e mais aberto ao aprofundamento (BUCCI, 2000, p. 203-204).

Mourão Brasil (1999, p. 39) salienta que o ensino universitário do jornalismo representa a integração do domínio do saber sistematizado e do exercício de apropriação de aspectos da realidade que serão reconstruídos por meio das mídias onde o jornalismo se expressa. Desse modo, o ensino da atividade é uma representação da produção de um bem simbólico e forma produtores de signos ideológicos, por isso “deve buscar o desvelamento da essência e das contradições do sistema, situando nesse contexto o papel da comunicação e do jornalista”.

Esse desvelamento, contudo, não significa impor ao aluno uma visão de mundo, mas, antes, possibilitar-lhe o conhecimento crítico das normas, valores, conceitos e contradições do sistema para que ele, conscientemente, conheça e assuma as implicações de seu papel como



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



jornalista. Nesta era consagrada à informação globalizada é ilusão acreditar-se que, por estar sendo produzida em escala nunca antes imaginada, ela esteja disponível a todo e qualquer indivíduo (MOURÃO BRASIL, 1999, p. 39-40).

Apesar disso, a autora destaca que “no âmbito da produção da informação nota-se que, por marginalizar pessoas e culturas, o processo de globalização acaba também por reforçar ou criar novas formas de resistência” (MOURÃO BRASIL, 1999, p. 40). Em nossa leitura, isto porque os processos socioculturais são dinâmicos e a força das imposições globalizantes, embora influam momentaneamente no curso da história, não consegue se impor sobre todas as dimensões das sociedades e das culturas, considerando a diversidade de experiências concretas das populações e seus bens simbólicos, especialmente em relação à populações tradicionais e a lugares com características bio-socioculturais peculiares, como é o caso da Amazônia.

Nesse sentido, acreditamos que há espaço para novas experiências jornalísticas, viabilizando possibilidades que considerem a multiplicidade bio-sociocultural local/regional e se utilizem dos dispositivos tecnológicos da globalização, como resistência às imposições homogeneizadoras. A quebra dos preconceitos e a reversão do desinteresse que os egressos das faculdades de comunicação têm sobre as formas alternativas de produção de notícia pode partir da mudança paradigmática da sistemática do processo de formação profissional, especialmente na universidade pública, no interior do Amazonas, com suas peculiaridades bio-socioculturais. Ou seja, desprender-se da obrigação de uma formação essencialmente voltada para atender as demandas da grande mídia e da informação mercadoria espetacularizada (alimentando ilusões da fama entre os aspirantes a jornalistas), e fazer emergir a informação de relevância sociocultural, como base para o conhecimento crítico e consciência cidadã da população, cabendo ao jornalista a consciência da responsabilidade social do noticiário que produz.

Assim sendo, com base na discussão dos autores que nos guiam, pressupõe-se que a formação acadêmica é uma variável importante tanto para a qualidade do jornalismo como para a percepção da atividade enquanto uma forma de conhecimento e dispositivo para o exercício da cidadania. Contudo, uma análise sistemática desse processo,



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



invariavelmente, nos indica tensões nas inter-relações entre acadêmicos e jornalistas, empresas e universidades, teoria e prática – polarizações que podem simplificar o debate. Somando-se a estes aspectos, salienta-se a interdependência do jornalismo a contextos mais abrangentes, de ordem sociocultural, política, econômica e tecnológica.

Por isso, o debate sobre o processo de formação em jornalismo torna-se um exercício delicado. Seria uma visão ingênua tentar atribuir explicações taxativas ou supor que as soluções sejam apenas de ordem operacional. Nesse sentido, acreditamos ser mais pertinente abrir os questionamentos do que trazer respostas. A ampliação do debate sobre o jornalismo entre a comunidade acadêmica e o espaço público, potencialmente, é um assunto que interessa a todas as sociedades que estabelecem relações mediadas pelos meios de comunicação e novos ambientes informacionais.

Involuções e evoluções no ensino?

Até o início do século XXI, conforme Antonioli (2014), os cursos de jornalismo no Brasil eram totalmente subordinados ao Estado, que impunha rígidas diretrizes em relação aos currículos oferecidos pelas instituições de ensino. Em 2001, com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Ministério da Educação (MEC) passou apenas a orientar aspectos gerais da construção dos currículos e permitir que as instituições planejassem seus cursos de forma autônoma.

Em 2005, na França, a Unesco⁸ promoveu uma série de debates sobre as formas de ensino e o currículo dos cursos de jornalismo nos países em desenvolvimento e

⁸ Retrocedendo um pouco na linha do tempo, para a contextualização de alguns aspectos, Meditsch (2004) reforça que, em 1948, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) realizou uma conferência para debater a criação de centros de formação de professores em jornalismo nos chamados “países em desenvolvimento”. Um dos reflexos dessa iniciativa na América Latina foi a criação do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo (Ciespal), na Universidade de Quito, no Equador, em 1960. O Ciespal estava voltado a uma proposta mais abrangente, com foco nas ciências da comunicação e promoveu a configuração do comunicólogo ou bacharel em comunicação social. Nesse sentido, conforme o autor, o Ciespal passou a influenciar o ensino de jornalismo no Brasil, sobretudo a partir de 1969, quando o curso de jornalismo deixou de ser oferecido de forma independente e passou a constituir-se como uma habilitação do curso de comunicação social. Assim, as características da formação voltaram-se mais aos aspectos conceituais da comunicação e afastaram-se da prática jornalística, o que contribuiu para o afastamento entre a academia e o mercado de trabalho.



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



democracias emergentes⁹. Após dois anos de discussões e reuniões de trabalho com especialistas, a organização apresentou um novo modelo de currículo durante o primeiro Congresso Mundial de Educadores em Jornalismo, realizado em junho de 2007, em Cingapura. Desse modo, conforme Antonioli (2014), as orientações da Unesco para os países da América Latina, que haviam sido propostas na década de 1960, foram readaptadas para a realidade do século XXI. Passou-se a sinalizar a necessidade de uma formação com o foco nas especificidades do jornalismo e não mais na grande área da comunicação, para reforçar a atuação prática na profissão e na aquisição de competências adequadas às novas tecnologias.

A discussão em âmbito global sobre o ensino de jornalismo novamente reverberou no Brasil. Em 2009, o Ministério da Educação, designou uma comissão, presidida pelo professor e pesquisador José Marques de Melo, para repensar o ensino do jornalismo diante de uma sociedade em transformação¹⁰. A iniciativa resultou na proposta de transformação do “Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo” para “Curso de Jornalismo”.

Como justificativa de alteração do curso, a comissão alegou que as Diretrizes para a área de comunicação social carregavam o equívoco de confundir a área acadêmica da comunicação com os cursos de graduação, que são voltados às profissões e delas fazem parte. A comissão alegou, ainda, a inadequação de se considerar o jornalismo como uma habilitação da comunicação social, que é uma área e não pode ser confundida com uma profissão (ANTONIOLI, 2014, p. 14).

Dentre as consequências negativas para o ensino do jornalismo como habilitação da comunicação social salienta-se, conforme Antonioli (2014), o desaparecimento de

⁹ Conforme Antonioli (2014), a Unesco justifica que seu papel social - como uma organização responsável pela promoção da liberdade de expressão, acesso à informação e incentivo ao conhecimento - permite e respalda a promoção de iniciativas para melhorar a qualidade do ensino de jornalismo no mundo inteiro.

¹⁰ Na ocasião, o ministro da Educação era Fernando Haddad e a também comissão contava com a participação dos professores/pesquisadores Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lúcia Araújo, Sérgio Mattos e Sonia Virgínia Moreira. A comissão organizou três audiências públicas que foram realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, com a participação de professores de jornalismo, pesquisadores, líderes estudantis, empresários e jornalistas profissionais. Além das sugestões apresentadas durante os encontros também foram encaminhadas propostas pedagógicas e curriculares de representantes de outros estados via internet à comissão (ANTONIOLI, 2014).



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



disciplinas como Teoria do Jornalismo, História do Jornalismo, Ética e Deontologia, que dissolveram-se como conteúdos secundários em outras disciplinas. Além disso, a autora enfatiza a falta de conexão entre as disciplinas teóricas e as disciplinas práticas da profissão, geralmente abordadas sem dar a devida relação de interdependência entre elas.

Em 2013, o Ministério da Educação aprovou a resolução que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de bacharelado em jornalismo, que passou a ter uma nova constituição em comparação à condição anterior como habilitação da comunicação social¹¹. Com a alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em jornalismo no Brasil, o Ministério da Educação estabeleceu que todos os cursos oferecidos no país deveriam se adaptar à nova legislação até 2015, passando à nomenclatura de bacharelado em jornalismo e adequarem seus currículos conforme as diretrizes estabelecidas.

O novo direcionamento reafirma que é imprescindível que o profissional formado em jornalismo deva estar seguro de sua função social no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada das demais profissões do campo da comunicação. Nas novas DCNs, salienta-se a necessidade do jornalista ter uma visão sociocultural pluralizada sem esquecer das especificidades relativas à profissão, já que depende do desenvolvimento de habilidades criativas para atuar em um mercado cada vez mais multifacetado (BRASIL, 2013).

A resolução determina normas a serem adotadas quanto a estrutura e organização curricular, projeto pedagógico e competências de expressão dialógica a serem desenvolvidas. Propõe metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento, integração teoria/prática e o estímulo a pesquisa e extensão. As diretrizes também indicam a importância da interação dos alunos com as fontes e as rotinas de trabalho desde o início da formação para estimulá-los a lidar com problemas reais (BRASIL, 2013)

¹¹ A resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências (BRASIL, 2013).



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (BRASIL, 2013, p. 02).

Em relação ao projeto pedagógico, contempla-se seis eixos de formação:

- I - Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania [...].
- II - Eixo de fundamentação específica, cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão[...].
- III - Eixo de fundamentação contextual, que tem por escopo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, em suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais [...].
- IV - Eixo de formação profissional, que objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático [...].
- V - Eixo de aplicação processual, cujo objetivo é o de fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas [...].
- VI - Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores [...]. (BRASIL, 2013. p. 04-05)

Contudo, as universidades têm liberdade para organizar os currículos e conteúdos, conforme o contexto de cada uma, desde que respeitem o que fora determinado nas DCNs. Ainda reforça-se a carga horária mínima em 3.000 (três mil horas), estágio supervisionado e atividades complementares obrigatórios (correspondendo a 20% da carga horária total do curso), sistema de avaliação, e a forma como o trabalho de conclusão de curso (TCC) deve ser realizado, além de outras questões de extrema relevância na sistemática da formação superior em jornalismo e a construção de novo cenário ensino-aprendizagem (BRASIL, 2013).

Percebe-se que as DCNs procuram integrar teoria e prática, privilegiando a interdisciplinaridade e a autonomia dos alunos, contemplar as tendências contemporâneas



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



globais na relação com os contextos socioculturais locais/regionais. Ainda assim, cabe questionarmos se de fato as instituições estão preparadas para implementá-las de forma coerente ou se as comunidades acadêmicas estão preparada para uma proposta de tamanha complexidade.

Embora as novas DCNs para o curso de jornalismo tenham sido instituídas com o apoio de grupos importantes, como o Fórum de Professores de Jornalismo (FNPJ), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), a Federação Nacional do Jornalistas (Fenaj) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), o conjunto de mudanças não obteve a aprovação de outras entidade ligadas ao ensino do jornalismo, como a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos), que consideraram a mudança como uma medida arbitrária e separatista, que não contribuirá para o desenvolvimento do jornalismo e ainda acarretará no enfraquecimento da área da comunicação social como área de conhecimento científico (ANTONIOLI, 2014).

Diante destas tensões institucionais e organizacionais chamamos a atenção ao papel relativo à docência. O processo de formação, seja como um laboratório de aproximações práticas ao mercado ou como um momento intelectual eminentemente dialógico, presume não apenas o que se ensina, mas como se ensina e se aprende. Nesse sentido, o ensino do jornalismo deve ser tratado transcender os impactos da colonização epistemológica e pedagógica, já que os tipos de conhecimento jornalístico - tanto na forma das notícias, teorias e práticas de ensino - perpassam por uma racionalidade formada a partir de um paradigma positivista num sistema-mundo capitalista e ocidentalista, que estabelece os valores e as verdades na sociedade.

Para Veiga da Silva (2015), a falta de investimento na qualificação dos docentes prejudica os processos de ensino e aprendizagem, pois deixa-se de fomentar um pensamento crítico e complexo nos profissionais formados por um sistema que tende mais a reproduzir (conhecimentos, valores e hierarquias) e tornar opacas as reflexões do que propor alternativas criativas privilegiando encontros de alteridades. As práticas



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



pedagógicas adotadas ao ensino universitário de jornalismo, conforme a autora, ainda são influenciados pela dominância histórica da lógica formal-positivista, dificultando o diálogo, a interação e a ampliação de questionamentos entre professores e alunos. Como espelho da sociedade a universidade expressa-se por meio de relações de poder e difunde valores hegemônicos.

A formação dos jornalistas, portanto, também pode estar sendo afetada pelos regimes de poder que vem incidindo nas condições de trabalho dos professores, bem como nas condições de construção do conhecimento e nas aprendizagens dos alunos. Mas não apenas, as condições de “leitura” e de narração da realidade também. [...] bastando seguir as estratégias que possibilitariam condições de discernimento entre o verdadeiro e o falso, ambos em sentido absoluto, na construção do conhecimento. E essas estratégias e métodos, a partir destas vertentes de pensamento, também estariam orientando os procedimentos e técnicas profissionais, bem como as noções de realidade, verdade, objetividade e imparcialidade colocadas através de alguns conceitos ensinados e aprendidos como corretos para a produção do conhecimento social do Jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 263-264).

Para a autora, normalmente, os ensinamentos universitários teóricos e práticos da profissão não incluem os saberes e a bagagem sociocultural dos sujeitos no processo de formação, apartando os alunos daquilo que conhecem como premissa de isenção na construção das notícias e seus contextos. Este viés de ensino-aprendizado tende a simplificar as possibilidades de leitura da realidade e impõe uma compreensão mecanicista sobre o conhecimento social do jornalismo, salienta Veiga da Silva (2015).

Diante disso, entre os desafios a serem superados, propomos um olhar mais atento para as possibilidades da implementação de práticas pedagógicas que orbitam por propostas teórico-metodológicas descolonizadas, abertas à aproximação entre os saberes biosocioculturais aos saberes teóricos e às práticas profissionais. A proposição destas rupturas pode beneficiar a sistemática da formação universitária, especialmente na universidade pública, e neste caso especificamente, pautar a Amazônia a partir de outros enfoques.

Acreditamos que fomentar o questionamento crítico sobre como a formação jornalística e o papel do docente nesse processo também pode contribuir para superar



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



modelos e conceitos cristalizados na construção e retroalimentação de seus sistemas. A fluidez nessas relações, conseqüentemente, pode aprimorar as práticas profissionais e ampliar a compreensão do papel social do jornalismo na sociedade e na cultura contemporânea. E, assim, de forma sustentável, realmente pôr em prática o pensar e o fazer jornalístico como uma forma de conhecimento.

Considerações finais

A partir destes breves apontamentos, uma série de outras questões surgem para pensarmos o fortalecimento de um jornalismo amazônida. Além da importância da formação acadêmica e do papel da universidade pública, uma série de lacunas se abrem para novos questionamentos, tais como questões relativas ao mercado de trabalho, empreendedorismo e novos arranjos de atuação, práticas ciberculturais e de convergência midiática, mídias das fontes, jornalismo de dados, além de muitas outras tendências que se amalgamam à problemática de incertezas sobre o futuro do jornalismo.

Por ora, nosso intuito foi abrir a reflexão e provocar a discussão sobre o tema. Acreditamos que, diante da complexidade e diversidade bio-sociocultural Amazônica, o fortalecimento de um jornalismo local/regional em consonância com o global poderá ser fomentado pela compreensão crítica e descolonizada, apostando na qualificação do ensino universitário e dos processos de formação para a prática da atividade na região amazônica.

Frente às peculiaridades ambientais, socioculturais, econômicas e tecnológicas na Amazônia, a academia tem um papel central no fomento ao pensamento crítico e na promoção de um debate ético, democrático e com justiça cidadã. Deve apresentar consonância com as características locais/regionais sem estar estanque às tendências globais e correr o risco de não preparar profissionais capacitados para o mercado de trabalho.

Por isso, o processo de formação jornalística também pode ser um dispositivo de mediação social em prol da democracia, ao preparar profissionais comprometidos com a qualidade da informação e o respeito aos cidadãos sem nenhuma distinção. E ainda,



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



tendo em vista o contexto específico da nossa abordagem, consideramos que a universidade na Amazônia pode ser um laboratório para a proposição de um jornalismo alternativo aos condicionamentos impostos pela grande mídia.

Referências

ANTONIOLI, M. E. **Ensino de jornalismo no Brasil**: reflexões sobre a formação do jornalista. Quórum Acadêmico. Universidad del Zulia, vol. 11, n. 1, p. 11-23, 2014.

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução no 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 out. 2013. Seção 1, p. 26.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHOMSKY, N. **Mídia, propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COLFERAI, S. **Um jeito amazônida de ser mundo - A Amazônia como metáfora do ecossistema comunicacional: uma leitura do conceito a partir da região**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2014.

DANIEL JUNIOR, G. M. **Universidade e sociedade na Amazônia contemporânea**: análise do processo de interiorização do ensino público na região amazônica. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2018.

FEARNSIDE, P. M. A vulnerabilidade da floresta amazônica perante as mudanças climáticas. **Revista Oecologia Brasiliensis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 609-618, 2009.

GOMES JÚNIOR, J. da S. **ONGs transnacionais e os sentidos de sustentabilidade amazônica**: imaginário, discurso e poder. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOPES, M. I. V. de. O campo da comunicação: institucionalização e transdisciplinação. In: LOPES, M. I. V. de et al. (Orgs.). **Comunicação e informação**: identidades e fronteiras. São Paulo: Intercom, 2000. p. 41-56.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.



II Congresso de Jornalismo da Amazônia
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Manaus (AM), de 08 a 12 de abril de 2019



MORAN, E. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOURÃO BRASIL, R. A trajetória da comunicação e o ensino do jornalismo. **Comunicação e Informação**, v.2, n.1, p.28-42, jan./jun. 1999.

NEVEU, É. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PEREIRA, H. dos S. **Percepção de eventos hidrológicos extremos por populações ribeirinhas afetadas da Amazônia Central**. Anais XIX REALP- Encontro da Rede de Estudos Ambientais em Países de Língua Portuguesa. Fortaleza: UFC, 2017.

PINTO, R. F. **A viagem das ideias**. Manaus: Valer, 2006.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, P. D; ZUCOLOTO, V. R. M. Pensar o jornalismo na Amazônia. **Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**. Rio Branco: UFAC. ISSN: 2358-212X, v. 5, n. 2, dez, 2016.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística**. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA DA SILVA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de saber-poder nas possibilidades do encontro com a alteridade**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.